



AÇÃO COMUM DAS MULHERES EM BUSCA DE SOLUÇÕES DE SAÚDE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO “AMIGOS DA TERRA” (DARCINÓPOLIS - TOCANTINS)

COMMON ACTION BY WOMEN IN SEARCH OF HEALTH SOLUTIONS
IN THE “AMIGOS DA TERRA” SETTLEMENT PROJECT (DARCINÓPOLIS - TOCANTINS)

Olivia Macedo Miranda de Medeiros – UFNT – Araguaína -Tocantins – Brasil

olivia.cormineiro@ufnt.edu.br

Harley Silva – UFPA – Belém – Pará – Brasil

harleysilva@ufpa.br

RESUMO: Nesse artigo apresentamos estratégias do comum construídas pelos moradores da agrovila do Projeto de Assentamento Amigos da Terra (PAAT), localizado no município de Darcinópolis -TO, referentes ao enfrentamento das dificuldades de acesso ao atendimento público de saúde, entre os anos de 2021 e 2022. As estratégias das quais tratamos são relativas ao uso das plantas medicinais, mobilizadas em práticas de cooperação, sobretudo, pelas mulheres, com vistas a compreender suas percepções quanto às relações entre necessidade, soluções de saúde, cooperação e saberes baseados nessa tradição de terapêutica. Referenciando nossa análise na Etnobotânica (ALBUQUERQUE, HANZAKI, 2006), nos estudos da Cultura do Comum (HARDT; NEGRI, 2016; FEDERICI, 2014), e, metodologicamente, na Pesquisa Participante (SCHMIDT, 2006) realizamos o levantamento dos dados acerca das principais espécies cultivadas, registrando suas formas de preparo e as enfermidades tratadas, e colhemos os relatos sobre as práticas voltadas à construção das soluções de saúde. As discussões evidenciam a existência de um repertório terapêutico baseado no cultivo das plantas medicinais e orientado pela consciência prática da necessidade da ação comum para combater a insuficiência das políticas públicas de saúde e atender as necessidades locais, ação comum essa cocriada pelas mulheres por meio de estratégias de cooperação a partir de seus quintais.

Palavras-chave: Projeto de Assentamento Amigos da Terra; plantas medicinais; mulheres; cooperação; ação comum.

ABSTRACT: ABSTRACT: In this article, we present common strategies built by residents of the agrovillage of the Projeto de Assentamento Amigos da Terra (PAAT), located in the municipality of Darcinópolis -TO, regarding coping with difficulties in accessing public health care, between the years of 2021 and 2022. The strategies we deal with are related to the use of medicinal plants, mobilized in cooperation practices, especially by women, with a view to understanding their perceptions regarding the relationship between need, health solutions, cooperation and knowledge based on this tradition of therapy. Referencing our analysis in Ethnobotany (ALBUQUERQUE, HANZAKI, 2006), in the studies of Common Culture (HARDT; NEGRI, 2016; FEDERICI, 2014), and, methodologically, in Participant Research (SCHMIDT, 2006) we carried out a survey of data about the main cultivated species, registering their ways of preparation and the diseases treated, and we collected the reports about the practices aimed at the construction of health solutions. The discussions

show the existence of a therapeutic repertoire based on the cultivation of medicinal plants and guided by the practical awareness of the need for common action to combat the inadequacy of public health policies and meet local needs, a common action co-created by women through strategies of cooperation from their backyards.

Keywords: Friends of the Earth Settlement Project; medicinal plants; women; cooperation; common action

INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é apresentar as estratégias do comum construídas pelas assentadas e assentados residentes na agrovila do Projeto de Assentamento Amigos da Terra (PAAT), no que se refere ao enfrentamento das dificuldades impostas pela falta de acesso ao atendimento público de saúde. As estratégias das quais nos ocuparemos são aquelas relativas ao uso das plantas medicinais mobilizadas em práticas de cooperação sobretudo pelas mulheres assentadas, com vistas a compreender suas percepções quanto às relações entre saberes, necessidade, expectativas sociais, agência coletiva e soluções de saúde baseadas na tradição de cura com as referidas plantas.

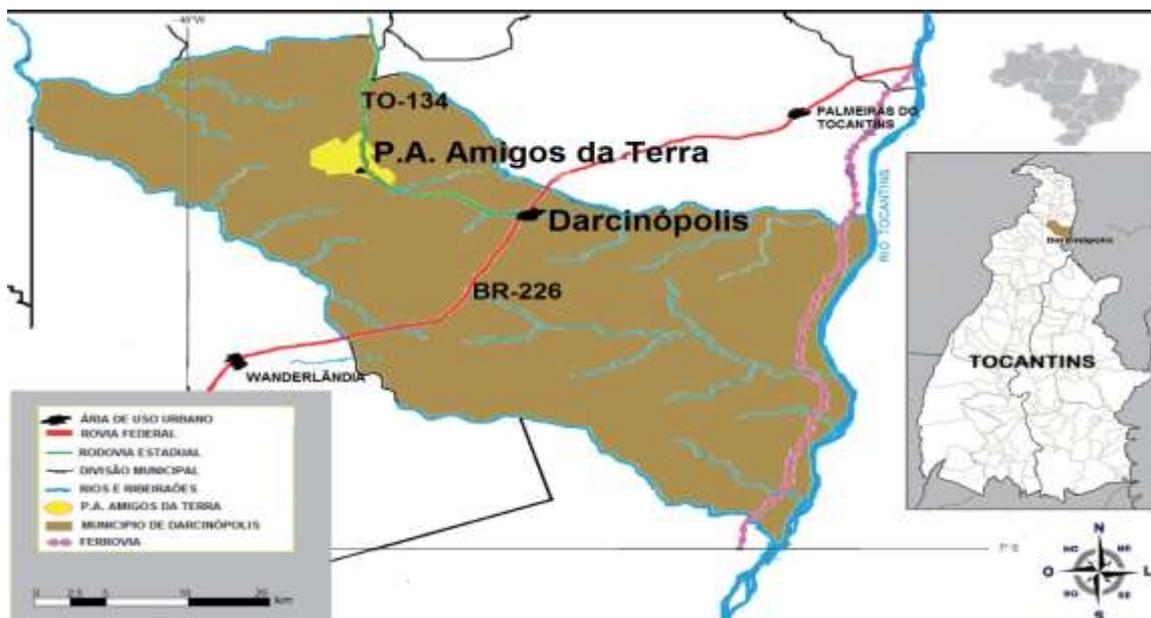
Destacamos que, embora a realização dessa pesquisa, durante os anos de 2021 e 2022, tenha coincidido com o período da pandemia por COVID-19 (SARS-CoV-2) e a temática das plantas medicinais tenha sido remetida diversas vezes ao contexto pandêmico, não houve, em nenhuma circunstância, por parte das pessoas assentadas no PAAT ou dos pesquisadores, uma proposta de compreender ou de usar esse material botânico como instrumento de cura das infecções provocadas pelo vírus. Portanto, embora durante esses dois anos a preocupação com a COVID-19 e a busca por meios capazes de reforçar o sistema imunológico dos que haviam sido contaminados pelo vírus tenham sido alvo de reflexão e ação das pessoas assentadas no PAAT, a dinâmica da pesquisa se concentrou em discutir como a consistência dos repertórios em saberes e fazeres com plantas medicinais se constituem estratégias do comum executadas principalmente pelas mulheres da agrovila.

Localizado a oeste do município de Darcinópolis -TO, região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins¹, a qual compreende geograficamente a porção norte do estado

1 A mobilidade e fixação de diversos grupos étnicos e sociais por entre esses espaços são delineadas sócio-histórica, cultural e economicamente por esses dois grandes rios, formando territórios e

de Tocantins, o sul do Maranhão e o sul-sudeste do Pará, o Projeto de Assentamento Amigos da Terra- PAAT, surgiu em 1999 às margens da Rodovia Estadual TO-134, conforme mapa 1:

Mapa 1 – Localização do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.



Organização: (FRANÇA, Anderson 2021). Fonte: IBGE (2018) e SEPLAN/TO (2017).

O PAAT está organizado na modalidade agrovila, a qual está situada a 10 quilômetros da cidade de Darcinópolis-TO. Nela vivem as famílias assentadas que, em sua maioria, trabalham em atividades da agricultura familiar em seus respectivos lotes. Essas atividades de cultivo de pequenas áreas no PAAT são muitas vezes realizadas por meio do mutirão, que se constitui na reunião de diversos assentados para exercer atividades no lote de um deles. Essas práticas de cooperação são repetidas, quando requeridas por algum dos assentados, nos demais lotes até que todos os envolvidos no mutirão, um por vez, sejam atendidos, configurando-se, desse modo, um sistema de reciprocidade, como descreve Antonio Cândido (2017).

A lógica do mutirão, da cooperação e da reciprocidade integram as estratégias da cultura do comum que é praticada pela comunidade não apenas nos lotes, mas também

territorialidades intercambiáveis entre as regiões em referência dos três estados citados. (CORMINEIRO, 2015)

na agrovila. O comum, segundo Hardt e Negri (2005), é uma rede biopolítica constituída pela multidão, se inserindo nos interesses contemporâneos de autogoverno dos povos e grupos sociais. Desse modo, não seriam práticas pré-políticas, mas estratégias construídas a partir de demandas atuais; demandas essas que respondem às necessidades imediatas dos grupos e que se articulam com uma outra concepção de coexistência entre as pessoas e todos os habitats humanos:

Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais (HARDT; NEGRI, 2016, p. 8).

Encontrar meios e caminhos para construir parâmetros de convivência menos agressivos entre humanidade e natureza, parece ser um dos elementos que norteiam a construção cotidiana de uma política de partilha entre as (os) assentadas (os) que residem na agrovila do PAAT. No caso específico do cultivo e uso das plantas medicinais, como evidenciaremos no decorrer desse texto, os saberes advindos da tradição, constituída intergeracionalmente pelas trocas com “os mais velhos”, se integra aos interesses imediatos dessa comunidade em dois sentidos: a) agem diretamente na construção das soluções de saúde do e pelo grupo de assentadas (os), visto que dentre as relações mais benéficas para a coabitação, o cuidado com a saúde coletiva contribui para a manutenção da humanidade; b) atuam para o fortalecimento da coesão do grupo e, conseqüente, de uma cultura do comum.

Esse cuidado com a saúde coletiva a partir de estratégias menos agressivas e especialmente mais integradoras entre humanidade e natureza, um dos alicerces da cultura do comum, é uma das questões de interesse da Etnobotânica, a qual, segundo Albuquerque, se “ocupa da ‘inter-relação direta entre pessoas e plantas’, incluindo todas as formas de percepção e apropriação dos recursos vegetais”. (2006, p. 679), o que justifica o diálogo que nos propomos a realizar nesse artigo. No que se refere ao reconhecimento contemporâneo das epistemologias que sustentam o conhecimento acerca das plantas medicinais, Laranjeira et al (2015) esclarecem que essa valorização está pautada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1970, quando essa

organização criou o Programa de Medicina Tradicional, com o objetivo de fomentar a formulação de políticas nesse campo².

A iniciativa da OMS repercutiu no Brasil a passos lentos, contudo, ao menos desde 1998 o Governo Federal começou a constituir grupos de estudos e formular orientações e legislações que fomentassem pesquisa e, paulatinamente, a inclusão das plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2006, o Ministério da Saúde, finalmente, apresentou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada por meio do Decreto Nº 5.813, de 22 de julho. Entretanto, embora o interesse do Ministério da Saúde (MS) em legislar sobre os usos das plantas medicinais evidencie a atualidade do tema, é necessário destacar que poucos municípios brasileiros efetivamente atuam nesse segmento por meio de suas secretarias de saúde, o que demonstra o quanto as comunidades ou grupos sociais, tal como as (os) assentadas (os) do PAAT, se encontram distantes do acesso integral e eficaz das políticas públicas de saúde sejam as alopáticas ou as voltadas para os saberes tradicionais com plantas medicinais.

Por outro lado, vendo-se com dificuldades para acessar a farmacologia e a medicina alopática, as (os) assentadas (os que vivem na agrovila do PAAT), buscam encontrar soluções de saúde no aprendizado intergeracional, pautado no conhecimento das plantas medicinais, transformando-o em estratégias coletivas de cooperação que visam resistir às opressões contemporâneas. Nas palavras de Sílvia Federici, ao discutir o papel das mulheres na constituição do comum:

Um exemplo extraordinário são as *ollas comunes* que as mulheres no Chile e no Peru organizavam nos anos de 1980 quando, por causa da alta inflação, já não conseguiam mais comprar comida individualmente. [...] essas práticas são a expressão de um mundo onde os laços comunais ainda são fortes. Seria um erro, no entanto, considerá-las algo pré-político, “natural”, um resultado da tradição. (p. 2014, p. 153)

Concordando com Federici, compreendemos que o comum se faz uma alternativa aos modelos de mercado e também uma possibilidade de resistência às

² A partir dessa década, diversas resoluções emitidas pela OMS preconizam o interesse dessa organização em incentivar seus estados-membros a promover o uso da medicina tradicional, dentre elas o uso das plantas medicinais, assim como desenvolver estudos científicos para tornar mais seguros e eficazes os usos dessas técnicas e saberes integrados de medicina tradicional, conforme apresentado no documento Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005.

estruturas de opressão por meio do estreitamento dos laços de cooperação, os quais, apesar de terem traços e relações com a tradição familiar e de grupo, são práticas políticas mobilizadas a partir de uma longa experiência comum. No que se refere às práticas de cooperação baseadas nos saberes e fazeres com plantas medicinais na agrovila do PAAT, as mulheres são as detentoras e mobilizadoras principais desse conhecimento, assim como também são elas que mantêm uma agência permanente na busca por soluções de saúde, apesar dos homens atuarem nas franjas dessas práticas.

As mulheres estiveram na linha de frente da luta pela constituição do PAAT. Elaborando e reelaborando em suas consciências a compreensão das inúmeras opressões e violências históricas vivenciadas por aqueles que lutam pela terra no Brasil desde a colonização, essas mulheres, em conjunto com os homens, forjaram a convicção de que a organização e o fortalecimento dos laços de cooperação, como descreve Federici (2014) sobre as mulheres no Chile e no Peru, são a base que sustentam a própria agência política do grupo. Foi a percepção da força da coletividade que definiu as estratégias da ação comum construídas pelas (os) assentadas (os) do PAAT desde o momento inicial, naquele distante ano de 1996.

A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA (PAAT): ESTRATÉGIAS DE LUTA E DE SOLUÇÕES DE SAÚDE

A luta pela criação do PAAT teve início em 1996, quando algumas pessoas da região “começ[aram] já a pensar em fazer [daquela área] um assentamento”, conforme esclarece Ana, uma das lideranças de primeira hora na luta pelo PAAT. Esse pensamento que se forma em 1996, ganha força e se estrutura a partir da organização de diversas famílias, caso de Leonildo que destaca, entre as motivações para “entrar na luta”, o fato de ter “que trabaiá na soja e no eucalipto pra não tirar nem um salário todo, [sendo] triste prum pai de famia que não tem um pedacinho de terra pra plantá uma mandioca”. A razão elencada por Leonildo, romper com a exploração imposta pelo latifúndio, anima muitas outras famílias de trabalhadores rurais que fariam, entre 1996 e 1999, avançar o processo para a criação do PAAT, valendo-se de clássicas estratégias de luta, como relata Ana:

Inclusive, esse assentamento foi um dos mais rápidos que saiu na época, porque nós ocupamos aqui no dia 23 de maio de [19]99; quando já foi no mês de junho, já foi a primeira reunião no INCRA. Em agosto fizemos uma mobilização lá no INCRA [em Araguaína], ficamos três dias lá acampados; e em agosto mesmo, quando no 21 de agosto, a equipe técnica do INCRA já veio pra fazer cadastro, fazer todos os levantamentos, então foi muito rápido para fazer cadastro, criar o assentamento, fazer a demarcação dos lotes. Foi muito rápido...assim. Tendo em vista a situação dos outros.

Acampar durante três dias no INCRA de Araguaína, foi mais um ato na dança que envolvia os donos da Fazenda a ser desapropriada, as lideranças dos trabalhadores e os dirigentes do INCRA no estado do Tocantins, conforme esclarece Miguel, assentado no PAAT e um dos primeiros a se juntar ao movimento:

O pensamento era antigo, a gente não tinha trabaio na cidade. Precisava criar a família, aí saiu essa ideia, dessa fazenda Itamonte³, foi uma conversa longa com a dona da fazenda, ela queria vender; só que o INCRA não desenrolava. E foi, foi tempo. Até que em [19]99, deu certo!!! O INCRA recortou e a gente começou a agrovila, fazendo as casinhas de palhas, foi difícil.

Segundo Miguel, depois de um cansativo processo de negociação, mediado pelo INCRA, com a proprietária da fazenda, as 159 famílias de trabalhadores rurais, as quais viviam do trabalho sazonal na “soja e no eucalipto, que cercava a Itamonte”, começaram a construir “seus barraco e levar as famílias” para área onde seria instalada a agrovila. Quando as (os) assentadas (os) esperavam os trâmites finais para a entrega dos lotes, a maioria decidiu “viver na agrovila, porque ficava perto da cidade, e as criança tinham que estudar na Ribeira [cidade de Darcinópolis]”, segundo esclarece a assentada Lúcia. As primeiras casas, foram construídas pelos próprios assentados com os materiais disponíveis na região, como podemos ver na foto:

Construídas com palha de Babaçu, as primeiras moradias da agrovila do PAAT, demandaram grande esforço dos recém-assentados, visto que não houve nesse momento inicial um suporte adequado por parte do governo federal, conforme relata Margarida:

Vixe, foi fácil não... a gente tinha que ficar na terra, só que não tinha como... a gente tinha que trabalhar pra se manter. Foi aí, os lotes tava sendo dividido, era 153 famílias, depois colocaram mais 6 e fechou em 159. Era devagar, não tinha um pé de mandioca plantado. Era nós sozim, mais tinha o sindicato

³Com área de 2.000 alqueires, a Fazenda Itamonte, foi negociada pelo INCRA com a proprietária Joana D'arc. Dessa área, 100 alqueires foram entregues ao Banco, pois se tratava de uma área penhorada por dívida de empréstimo fundiário.

[Sindicato dos Trabalhadores rurais de Wanderlândia] que deva um apoio... só. A gente, vendeu o que tinha pra ficar, foi bicicleta, foi até panela...

Figura 1: Início da constituição da agrovila do PAAT.



Fonte: Projeto Reviver (2000).

O relato de Margarida evidencia que durante o processo de divisão dos lotes, ocorrido de maio e agosto de 1999, as dificuldades se multiplicavam. A falta de apoio e assistência do governo federal na constituição do PAAT, especialmente durante os anos de 1999 e 2000, é recorrente nos relatos dos assentados, o que parece ter definido a constituição de uma dinâmica que favorecia determinada agência dos assentados: de um lado, atuavam cobrando permanentemente o poder público; de outro lado, empreendiam ações coletivas e individuais com o intuito de resolver seus problemas e atender suas próprias demandas. Após o término da divisão dos lotes, quando já estavam instalados na agrovila, mesmo que precariamente, as famílias assentadas continuavam vivendo precariamente, pois faltava todo tipo de infraestrutura e de assistência às necessidades coletivas do grupo, como relata Leonildo:

Nossa!!!Era tanta poeira na vila!!! cortaram os lote, tinha 6 perto de 7 alqueire, variando um pouco...e dividiram também os terreno aqui na vila: 30 por 60 metro pra cada famia. Era bom, dava pra fazer um canteiro e plantá uma mandioca e uma banana, coisa poca. Só que não dá do dia pra noite. E foi

assim, a gente antes mesmo de começar a casinha de paia, já tinha um pé de pau de qualquer coisa de comer; de fazer um chá.

A referência ao fato de não ter nada plantado nos terrenos da agrovila feita aqui por Leonildo e acima por Margarida, repercute dois aspectos centrais da constituição dos assentamentos. De modo geral os assentados experimentavam profunda insegurança alimentar na fase inicial do assentamento. Em meio a tal situação acontecia o cultivo de uma lógica intersubjetiva das necessidades partilhadas dos trabalhadores, particularmente no enfrentamento dos problemas alimentares. Em meio à situação de privação, os grupos fomentaram a construção de práticas de cooperação, conforme complementa Margarida:

Simmmm [alongando e enfatizando a palavra] era nois por nois, um trazia o arroz, o outro caçava no mato; outra trazia o cheiro verde e a pimenta do canteiro e a gente comia, repartia com o vizinho que as veiz não tinha nada naquele dia. Depois foi miorando, o Governo fez as casas em 2001, já tinha muita coisa plantada... meus canteiros mesmo...chei de coisa boa [risada] pra comer e pra remédio também.

Os relatos dos assentados sobre essa fase, início do assentamento e da constituição da agrovila, estão marcados por um elemento comum partilhado intersubjetivamente: a previdência, a qual fazia com que aquelas pessoas se esforçassem em encontrar caminhos e soluções que permitissem sua permanência na terra coletivamente: por isso, quando ouvimos que “a panela de arroz era repartida”, palavras de lara, compreendemos que não era apenas o alimento que era partilhado. É provável que as possibilidades de resolução por compra de alimentos e até dos utensílios domésticos (como panelas), fossem limitadas, o que implicava o recurso a outras formas de manutenção do cotidiano, como a ação coletiva, a ajuda mútua e o compartilhamento.

Em 2001 quando o governo federal, via INCRA, entregou à comunidade casas construídas, a comunidade já havia avançado na construção de suas condições de reprodução, e como se expressou Margarida no trecho acima “já havia muita coisa plantada”. É possível que a consolidação da agrovila tenha contribuído para fortalecer laços sociais entre os assentados. Efeitos de vizinhança, como a estabilidade das relações, a comunicação mais ágil e o reconhecimento mútuo, possivelmente tenham

atuado a favor dos elementos de cooperação dos assentados no PAAT. A entrega das casas aparece nos depoimentos como momento importante para o assentamento e para a solidificação das relações do grupo na busca por soluções coletivas. Sobre as casas e infraestruturas da agrovila, a assentada Iara é assertiva:

A vila foi muito bom!! Perto da Ribeira, ajuda muito, mas era par ser melho aqui, a escola não chega pro estudos mais adiantados, os menino tem que ir par rua. E não tem posto de saúde, diz que a prefeitura recebeu um dinheiro e empregou foi lá na cidade, mas num sei direito. A casinha, foi só de tijolo, só no chapisco fora e sem reboco dentro. Era sala, cozinha dois quarto e um banheirim... sem acabamento, mas era coberta com telha plan... Agora os quintal, ah!!! Esses é bom ... grandãos... Dava pra plantar fruta de pé grande, aqui em casa mesmo, olha o pé de manga que plantei.

Figura 2: P.A Amigos da Terra. Casa da Agrovila entregue em 2001 (a) e quintal cultivado (b), 2022



Foto: os autores, 2024.

As casas entregues pelo INCRA em 2001 eram construídas em alvenaria e tinham acabamentos bastante rústicos. No entanto, embora a construção das casas fosse importante para os assentados, para as mulheres em especial o fato de que estas possuíssem quintais parece ser aspecto fundamental. A agrovila se constitui como centralidade, portanto como espaço cujos atributos urbanos de aglomeração e proximidade se sobressai e articula a comunidade. Ao mesmo tempo, os quintais são o atributo produtivo e reprodutivo chave da comunidade, o que mantém os laços da

própria centralidade com as práticas do cultivo e as relações sociais conectadas à ruralidade. Os quintais articulados por relações sociais parecem então ser o centro nervoso da agrovila. Além disso, como o cultivo para a comercialização não suprime o cultivo para consumo e trocas fora do mercado, a circulação de espécies e produtos dos quintais reforça as relações de reciprocidade. Tudo isso faz do conjunto de quintais da agrovila um sistema que emana as forças de coletividade e experiências comuns.

O quintal se constitui um ambiente de domínio das mulheres no PAAT, mas não é um ambiente feminino no sentido de uma hierarquização sexista que compreende esses espaços como subalternizados em relação ao espaço público que seria, hipoteticamente, masculino. Trata-se, antes, daquilo que Federici propõe ao discutir as relações entre feminismo e o comum: uma possibilidade de construir um movimento capaz de “redefin[ir] a reprodução humana em termos mais cooperativos [e de] elimin[ar] a separação entre o pessoal e o político, entre o ativismo político e a reprodução da vida cotidiana.” (2014, p. 157).

Esse processo de junção entre pessoal e político, com vistas articular reprodução humana e vida cotidiana é uma tarefa executada pelas mulheres do PAAT. Ao reorganizar o território reprodutivo do assentamento a partir dos quintais, elas buscam construir um espaço potencialmente autônomo frente à ineficiência do Estado no que se refere ao atendimento de saúde. Essa reorganização começa com a percepção de que cultivar os espaços adjacentes à casa permite que elas tenham alguma perspectiva de enfrentamento das dificuldades que surgem desde o princípio do assentamento, especialmente porque essas mulheres conhecem, e nesse sentido controlam, a biodiversidade vegetal do território.

Por outras palavras, dada as múltiplas possibilidades de uso e a relativa autonomia com a qual as mulheres operam nesse espaço, os cultivos nos quintais são uma alternativa contra a precarização da vida das pessoas mais vulneráveis, dentre as quais estão incluídos os trabalhadores rurais assentados. No caso dos quintais da agrovila do PAAT, estes são mais que um simples pedaço de terra, são um espaço cultural e político, à medida que os saberes que se constituem naquele ambiente são mobilizados como forma de luta contra a falta de garantia de direitos: tais como a

segurança alimentar e o direito de acesso às políticas públicas de saúde. Nesse sentido, a experiência com o quintal enquanto estratégia de luta do comum se configura também um espaço de socialização e de troca de saberes intergeracionais, o que fortalece as mulheres dentro do grupo.

OS QUINTAIS DO PAAT E O REPERTÓRIO ETNOBOTÂNICO DAS MULHERES ASSENTADAS

Os quintais⁴, assim como seu estudo, possuem importância vital contemporaneamente, principalmente por se tratarem de unidades de preservação e expressão de saberes acumulados em locais adjacentes às moradias das pessoas, os quais constituem epistemologias diferenciais nos processos de conservação e coabitação entre humanidade e natureza. Em paralelo às possibilidades de conservação do bioma, por significarem uma rica fonte de saberes etnobotânicos, os quintais formam sistemas alternativos para atendimento das demandas dos grupos em diversos aspectos (AMOROZO, 1996).

A importância dos quintais na Amazônia tem raízes históricas profundas, herdadas dos povos originários (POSEY, 1985; MILLER e NAIR, 2006). Nessa região, particularmente em regiões onde persistem ruralidades em termos produtivos e de ordenamento do território, os “quintais produtivos”⁵ são parte chave da vida cotidiana e dos “meios de vida” com os quais famílias e indivíduos se mantêm (OLIVEIRA, SCARAZATTI 2009; TORRES 2011). Nesses termos, possuem importância como espaços de cultivo e produção (GARCIA et al 2015), mas também como espaços de formação e compartilhamento de saberes locais sobre a biodiversidade e seus usos (EMPERAIRE, ELOY, 2015.). Por sua difusão popular e ligação com práticas tácitas e longevas, o cultivo de quintais promove formas de uma conservação viva de espécies, mesmo que de modo assistemático.

⁴ Segundo Posey (1987), o termo quintal se refere aos terrenos contíguos às casas, onde são cultivadas plantas úteis ou ornamentais. Historicamente há registros dos quintais entre os povos indígenas antes da colonização do Brasil, a exemplo do povo Kaiapó que ancestralmente cultivam espécies úteis nas proximidades de suas moradias.

⁵ Termo usado para assinalar a diferença com relação a quintais não usados para cultivos (RAMOS JR. e SILVA, 2021)

Além disso, o cultivo de quintais na Amazônia interage com uma diversidade de espécies usadas com variadas finalidades (ALMEIDA, GAMA, 2014). Estas são utilizadas para muitos objetivos, incluso alimentação, construção, combustível, artesanato, ornamentos, sombra, fibra, religião e medicina. Considerados como conjuntos contíguos, socialmente articulados e estáveis no tempo/espaço, eles têm o potencial para articular vida social e biodiversidade. Se os mercados abastecidos apenas por produtores convencionais é um aparato indiferente ou avesso à conexão entre cotidiano e permanência da biodiversidade, os sistemas locais intensivos em quintais produtivos podem funcionar em direção oposta, garantindo os laços entre o cotidiano e a diversidade natural da região.

Os quintais medicinais do PAAT são compostos por um conjunto de plantas que integram os repertórios de saberes e fazeres das mulheres que vivem na agrovila do assentamento. Esse conjunto apresenta dois aspectos principais: de um lado, compõe uma farmácia natural disponível quando necessário e que funciona como articulador entre biodiversidade local e expectativas de alívio dos males que acometem o grupo cotidianamente; de outro lado, constitui uma reserva de matéria-prima para o preparo de remédios que exigem processos mais elaborados, indicando que essas estratégias do comum relativas às plantas medicinais são valorizadas e reconhecidas socialmente.

Para acessar esse conjunto de plantas e os repertórios correlatos mantidos principalmente pelas mulheres, realizamos visitas guiadas a oito (08) quintais da agrovila do PAAT, buscando, no universo desses quintais, constituir uma amostra mínima das plantas medicinais cultivadas. Nessas visitas nos foram apresentadas oito coleções de plantas medicinais, as quais se encontram distribuídas pelos oito quintais visitados, discutidas suas origens, suas indicações e processos de preparos, ou como disse Lúcia: “o que é pra quê e como que faz”. Desse modo, no quadro (1), a seguir, apresentamos um levantamento das espécies cultivadas nos quintais do PAAT, as quais foram organizadas em ordem alfabética e descritas conforme as indicações partilhadas pelas

mulheres e, paralelamente, conforme algumas indicações etnofarmacológicas e/ou bioquímicas⁶.

Quadro 1: Levantamento etnobotânico das espécies vegetais cultivadas nos quintais do Projeto de Assentamento Amigos da Terra - PAAT

Nome atribuído pelos moradores do Assentamento/ Nome Científico ⁷	Indicações referidas do Comum partilhado	Algumas indicações farmacológicas/bioquímicas ^{8 9} .
Açafrão / <i>Curcuma longa</i>	Anti-inflamatório	Ação anticancerígena; (Marmitt et al, 2016)
Alecrim / <i>Salvia rosmarinus</i>	Contra febres, gripes	Calmante; Carminativas (reduz a flatulência) Digestivo (Badke, 2011).
AMORA/Morus Alba e Morus Nigra L.	Menopausa; dores nos rins e problemas de coração	Tratamento de menopausa e climatério (Miranda et al, 2010)
Arruda / <i>Ruta graveolens</i>.	Combate febres e gripes.	Tratamento de varizes. (Souza et al, 2007)
Babosa / <i>Aloe Vera</i>	Cicatrizante; anti-inflamatório	Antimicrobiano; cicatrizante; anti-inflamatório (Carvalho, 2019)
Batata de purga/ <i>Operculina macrocarpa L. Urban</i>	Contra Gripe; laxante; limpa o sangue.	Ação laxativa. (Michelin; Salgado 2004)
Carrapicho / <i>Desmodium gangeticum</i>	Contra bronquite; asma; pneumonia.	Imunomoduladora, antiasmática; anticatarral; anti-inflamatória. (Silva, et al, 2019).
Capim santo-Capim cidreira/ <i>Cymbopogon citratus</i>	Contra febres e gripes	Calmante; Antiespasmódica; Analgésica. (Badke, 2011)
Erva cidreira brasileira / <i>Lippia alba/ melissa officinalis</i>	Contra febres e gripes.	Dores de cabeça; problemas digestivos e cólicas intestinais; antibacteriana e antiviral. (Santos et al, 2018)
Gergelim / <i>Sesamum indicum</i>	Contra gripes e infecções de garganta.	Propriedades antioxidantes; alto teor nutritivo. (Souza et al, 2012)
Gervão (<i>Stachytarpheta cayennensis</i> Rich. Vahl)	Usado para cicatrização de ferimentos, cirurgia. Anti-inflamatório,	Cicatrizante e anti-inflamatório (Dalmagro, Gasparetto, 2020)
Hortelã / <i>Mentha spicata</i>	Contra gripes e febres	Antisséptico; Vermífugo. (Duarte, 2006)
Insulina Vegetal/ <i>Cissus Sicyoides</i>	Combate o aumento da taxa de açúcar no sangue	Ação de controle dos valores glicêmicos (Santos et al, 2008)
Losna / <i>Artemisia absinthium</i>	Contra problemas intestinais e estomacais	Antimicrobiana; antioxidante. (Ferraz et al, 2020)
Mangueira comum (casca do tronco) / <i>Mangifera indica</i>	Contra sangramento menstrual; anti-	Potencial antibacteriano (Garcia; Orlanda, 2014)

⁶ Conforme (ALBUQUERQUE, 2006) a Etnofarmacologia trata das formas de preparo tradicionais usados nos sistemas de saúde, podem incluir plantas, animais etc. Além disso, essa disciplina tem como ocupação verificar a eficácia das técnicas tradicionais, mobilizando para isso muitos modelos farmacológicos e químicos.

⁷ Os nomes científicos foram extraídos das literaturas botânica, farmacológica e bioquímica consultadas e referenciadas na bibliografia.

⁸ Destacamos que algumas destas indicações farmacológicas se referem à potencialidade das espécies vegetais e não necessariamente de estudos consolidados.

⁹ Dentre os estudos farmacológicos citados alguns foram realizados *in vitro* e outros *in vivo*.

	inflamatória.	
Picão preto/ <i>Bidens pilosa</i> L.	Contra catapora e sarampo;	Atividade bactericida contra bactérias gram-positivas in vitro. Mostrou atividade contra o herpes simples tipo 1 e 2. (Di Stasi, 2002)
Trevo / <i>Trifolium pratense</i>	Combate “nervoso” e coração acelerado.	Reposição Hormonal (Climatério). (Carvalho; Costa, 2011)
Vick / <i>Mentha arvensis</i>	Combate febres, gripes e resfriados.	Antisséptico; antiviral; antifúngico. (Chagas et al, 2011)

Fonte: Produzido por MEDEIROS, O. M. M (2022)

Nesse quadro estão consolidadas as principais plantas cultivadas nos quintais da agrovila do PAAT. Do total de 18 (dezoito) espécies, presentes em quase todos os quintais visitados, 08 (oito), perfazendo 44,44%, são usadas na terapêutica de febres associadas a gripes e resfriados, e para os demais estados gripais. Quatro (04) são anti-inflamatórias e cicatrizantes, perfazendo 22,22%, sendo utilizadas tanto em ferimentos externos, quanto em inflamações internas, dentre estas, duas (02), a *Mangueira comum/Mangifera indica* e a *Amora/Morus Alba/Nigra*, são usadas para tratar enfermidades que atingem os órgãos reprodutivos femininos. Além dessas, algumas espécies - *Carrapicho / Desmodium gangeticum*; *Picão preto/ Bidens pilosa L*; *Insulina Vegetal/ Cissus Sicyoides*; *Vick / Mentha arvensis* - tratam enfermidades e condições menos frequentes na comunidade, mas que assumem protagonismo no ecossistema do quintal por atuarem contra doenças graves como a pneumonia, asma, bronquite, arritmia, varicela (catapora) e sarampos.

Citada por todas as mulheres e presente em todos os quintais, a *Losna / Artemisia absinthium* é um caso especial: ela é retratada por Marivone como aquela que “mata os verme da barriga” e por Lara como “santo remédio para a criança com barriga grande, de andar descalço no barro”. O protagonismo dessa erva nos relatos remete à preocupação das mulheres, na maioria das vezes mães e/ou avós, com as enfermidades que acometem as crianças, se articulando à dimensão da prática de cooperação, como narra Lara:

Veio do Maranhão comigo. A bichinha é danada de boa, é a dona losna. Dor de barriga de menino, de piquinim, já resolve. E ela é facinha de pegar, trouxe numa sacola e daí mudei quando cheguei aqui, pra uma lata. No começo [da agrovila] muita mulhê não sabia da serventia e eu fui falando, porque vinha uma e perguntava se eu sabia de um lumbrigueiro, vinha outra... eu dizia. Eu dava também os galhim pro povo, mas as mulhê voltava e dizia que não pegava, eu ficava encabulada ..., mas como?????. Foi aí que descobri a terra

que elas usava, só o barro. Losna não gosta de barro, gosta mais de areia, e tem que pegar o sol, mas sem pegar o sol forte...então era isso que dava errado. Foi botar mais areia e tirar do sol quente que deu, e cada uma foi fazer o seu, mas tu sabe nè? (risadas)... tem sempre aqueles que não cuida, deixa morrer, e eu dou de novo pra quem vem pedir porque pior é não ter pra quem correr e na precisão a gente é corre é pra quem tá junto e tá perto.

O cultivo da Losna não representa apenas um elemento do repertório tradicional de cura na agrovila do PAAT, ele envolve as relações de ajuda mútua entre as mulheres dessa comunidade, relações essas construídas a partir do partilhamento de demandas, a exemplo da responsabilidade pelo cuidado com os filhos, em particular, e com as crianças pertencentes às famílias dos assentados, em geral. Quando ensina às assentadas da agrovila “a serventia da losna” ou quando despende seu tempo para explicar como fazer o cultivo dessa espécie, lara evoca um valor moral nessa comunidade: a partilha dos saberes e fazeres. Além disso, depreende-se do relato que a experiência de lara é responsável pelo êxito do cultivo dessa planta, pois foi ela quem detectou, no início do PAAT, que o solo da agrovila, por ser argiloso, era inadequado ao cultivo da losna, sendo necessário que as mulheres “buscassem terra no rumo da chapada, porque pra lá era mais de areia”.

O esforço de lara em partilhar os saberes e fazeres com as plantas medicinais evidencia que essa assentada reconhece nesse processo de coletivização um instrumento eficaz de solução dos problemas do grupo. Ao informar que continua a distribuir mudas de Losna mesmo para aquelas mulheres que não cuidam e deixam morrer, ela não está demonstrando ser ingênua, ao contrário, ela está reforçando a ideia de que somente com a cooperação é possível atender as necessidades do grupo, afinal “pior é não ter pra quem correr e na precisão a gente corre é pra quem tá junto e tá perto”. (So)correr-se com quem “está perto e junto” é valorizar a dimensão da agência coletiva das mulheres na vida cotidiana, transformando o sentido de doméstico, ao qual os espaços da casa e do quintal costumam ser vinculados, em algo político que rompe com o isolamento do que se convencionou chamar de lar, orientando as práticas das mulheres à criação de um novo comum, como defende Federici (2014)

Esse “estar perto e junto” destacado por lara, aparece também no relato de Zuleide como prática política das mulheres:

é um adjutório pra todo mundo daqui, porque eu prantei pra mim e pro zoto. Fiz as filas de prantio, pra saber conforme a mulestia... Estou aqui desde o comecim. Num tinha nada, cuma ainda não tem. Mas a gente aduece, tendo ou num tendo. Então precisa agir... primeiro plantei os chás: cidreira, hortelã, capim, alecrim... esse alecrim é difícil de criar viu. Bom, eu sabia de umas, as outras pessoas sabia de outra e fomos plantano, e ia dividindo os lotes e já plantano uma coisinha aqui e outra ali...

O relato de Zuleide permite observar dois aspectos sobre a agência cotidiana das mulheres dentro do grupo. Em primeiro lugar o compartilhamento de saberes e da própria produção do quintal como momentos das práticas da colaboração que ela traduz com o termo adjutório. Em segundo lugar a fala esclarece a consciência constituída pela experiência que se as pessoas adoecem é preciso resolver a situação, havendo ou não acesso a serviços de saúde, públicos ou privados. Há aí uma concepção do mundo como efetividade e ação que surge como derivação da prática cotidiana, levando à convicção de que é preciso agir, pois não há outro meio.

Em uma condição convencional de populações inseridas em sociedades de mercado contemporâneas, esses grupos buscariam soluções práticas na compra de serviços de saúde públicos (unidades de saúde, hospitais) ou privados (clínicas, consultórios), nos quais acessariam profissionais da área, formados em instituições formais – médicos, enfermeiros. Em meio a insuficiência da oferta de serviços públicos, as mulheres atuam, desde o início do PAAT, na busca das próprias soluções mobilizando os instrumentos de que dispõem: o conhecimento sobre as plantas medicinais e o domínio do ambiente doméstico na vida cotidiana. Esses dois instrumentos compõem a base da ação comum dessas mulheres, pois é por meio deles que elas normalizam a prática do agir coletivamente como política de segurança contra, por exemplo, a ineficiência do sistema de saúde.

A falta de infraestrutura para atendimento médico e ambulatorial na agrovila do PAAT impulsionou, de fato, a comunidade para a ação. As entrevistas com Lara e Zuleide destacam essa ausência de um posto e de profissionais de saúde no assentamento como motivação para ação. A informação se repete no depoimento de Ana, outra assentada no PAAT:

Aqui não teve posto de saúde, aqui tinha ... um médico vinha atender numa casa que a gente tinha da associação [...] a gente arrumou uma casinha e o médico vinha atender uma vez por mês. Aí depois pegaram [a prefeitura de

Darcinópolis no mandato de 2017-2020] a nossa sala digital, que era pra fazer um posto de saúde, só que nunca fizeram. Só começaram, desmancharam a sala digital, pegaram os computadores que tinha colocaram no colégio, ele [o prefeito] prometeu que ia fazer outras casas, mas nunca fez. E aí ele botou lá e ficou aí nós ficamos sem a sala digital e sem o posto de saúde.

Os relatos de Iara, de Zuleide e de Ana convergem sobre as iniciativas locais das mulheres, para a busca de solução. A ausência de estrutura pública de assistência médica, desde a criação do PAAT, esclarece a importância conferida pela comunidade ao cultivo das plantas medicinais, ao conhecimento sobre elas e sobre seu uso terapêutico. Esse conjunto de fatores ampliou sua importância local diante da situação de urgência criada pela pandemia, como descreve a moradora Lúcia:

Eu aprendi com minha mãe a usar as plantas [medicinais]; a gente planta aqui [apontando para o quintal] e também pega na chapada. Sempre usei pra muita coisa, cuidei das minhas filhas assim, desde o tempo de Caxias [cidade de Caxias no Maranhão] porque não tinha muita saída, só tinha um médico e uma enfermeira. Mas agora aumentou né? [...] a precisão. Eu faço chá, melado e dou pros meus netos.

Lúcia vincula seu conhecimento à tradição: aprendeu com a mãe, dona Gersa, e ensinou às filhas. Argumenta que esse conhecimento faz frente às necessidades posta pela vida, e é usado conforme a “precisão”, pois nem sempre “te[m] o médico ou o remédio”. Destaca-se também a dimensão comunitária do processo. O que se sabe é compartilhado e reconstruído em cooperação. Lúcia relata como, nos primeiros anos no PAAT, a comunidade lidou com um surto de Varicela, uma doença altamente contagiosa e atinge principalmente as crianças:

Foi pelo ano 2000, deu aquele andaço de catapora, pegou as crianças tudo... aqui estava em processo ainda, uma confusão. Os grande, alguns também pegou. Febre derrubou foi muito, os pequeninim, tadinhos...e não tinha o que fazer, não tinha ambulância, quer dizer, tinha uma na Ribeira, mas não dava pra atender aqui. Fiz uns chás, eu mais Gláucia, acho que foi ela, baixava a febre com capim santo [indicando a planta no quintal], mas voltava mais forte, Rum, não adiantava... Foi quando apareceu as bolinhas e as feridinha que vimo que era catapora... Tu acredita? Por isso os chá não adiantava; num era gripe, foi quando a dona Jesus falou do picão. Fizemo de mutirão e foi melhorando. Daí em diante, peguei no mato e plantei no quintal, deu certo.

Vivenciando cotidianamente as dificuldades relativas ao atendimento de saúde pública, as mulheres construíram um repertório voltado à busca de soluções dos

problemas de saúde que se apresentavam no início do PAAT. A observação dos sintomas, no cuidado com as crianças, fazia com que medidas fossem tomadas imediatamente quando aparecia, por exemplo, uma febre alta. Nessas circunstâncias, a administração de ervas antipiréticas, como a cidreira e o capim cidreira, costumavam debelar os sintomas, caso se tratasse apenas de uma gripe ou resfriado comuns. Porém, quando a febre não cedia, indicava às mulheres, geralmente mães, avós e tias, que a situação era mais complexa.

A ideia do “andaço”, presente no relato de Lúcia, indica que algo que não está restrito a uma casa ou família, ou seja, se tratava de um problema da ordem da coletividade, havendo a necessidade de reforçar as estratégias de cooperação, estratégias essas que foram sendo refinadas com o decorrer dos anos. A construção, fortalecimento e refinamento das estratégias de cooperação voltadas para a mobilização das plantas medicinais no PAAT pelas mulheres, remetem ao que Silvia Federici destaca sobre a agência das mulheres, ao apontar que essa agência do comum é sempre política, se tratando “de um tipo de relação baseada nos princípios de cooperação e de responsabilidade entre uns e outros e em relação às terras, às florestas, aos mares e aos animais” (2014, p. 154).

No caso específico das mulheres do PAAT, a responsabilidade coletiva em debelar, ou ao menos minimizar os sintomas da catapora, evoca a cooperação como uma medida de apoio mútuo: o mutirão. Para Zuleide o mutirão é aquele momento no qual “juntamo e fizemo as baciadas, as mulher, e todo mundo tomou”. Representa, desse modo, a circunstância no qual a agência feminina ganha relevância dentro do grupo, ampliando a esfera doméstica, onde as mulheres cuidam das relações privadas de sua vida e de sua família, para o domínio público e do interesse público.

O fazer coletivo, plantar cada um em seu quintal e depois “partilhar com quem precisa” ou produzir os remédios coletivamente quando existe um risco coletivo, caso da catapora, faz parte desse traço cultural intersubjetivo. A prática se realiza, a despeito de haver dificuldade de se construir uma sistematização a respeito dela. O fato é que esta se encontra lá, a disposição, em termos de evidência histórico-social, como mediação das relações sociais: o adjutório.

Esse adjutório, é uma medida prática, uma ação. Não se trata de algo tão simples, pois ele foi construído pela experiência de que sem a cooperação, não é possível enfrentar as dificuldades que se apresentam sob a forma da “neci e da preci” como expressa o José Neto:

Pois depois da Catapora, agora veio essa Covid que tirou nosso sossego mais ainda, tem a vacina, mas a gente ainda pega, e antes da vacina morreu gente aqui no assentamento. Então, o jeito a gente se virar...A gente foi ver o que podia tomar, a cumade Lindalva mesmo procurou muito, os mais vei, para achar um pau que funcionasse. Foi aí que ela pegou a ideia dos melados pra limpar os peito cheio da covid. A preci e a neci bateu na porta.

José Neto, um dos pioneiros do assentamento, coloca novamente a questão em termos de necessidade, para ele a necessidade, no caso ter que lutar contra as sequelas da doença, mais especificamente contra o “peito cheio” que pode ser tanto um resquício de pneumonia, quanto de bronquite, fez com que o grupo agisse em cooperação, na busca de soluções e diante da falta de assistência de saúde. Na sua fala se articula a experiência histórica da comunidade: o tempo da Catapora, 20 anos antes, e os tempos atuais, da Covid-19, destacando-se como as estratégias da ação comum se constituem por meio da elaboração das experiências referentes aos desafios anteriores, no caso as medidas tomadas para conter o surto de Varicela.

A experiência humana coletiva é densa e sofisticada. Ela exige dos homens e mulheres que reflitam sobre o que acontece a eles e a seu mundo. A partir daí, em algum nível, a realidade exige que busquem a satisfação de suas necessidades. A reflexão produzida por José Neto esclarece que diante das necessidades e precisões, e mobilizando uma gama de experiências, os sujeitos agem sobre suas situações relativamente determinadas (THOMPSON, 1983), porém, no caso da necessidade de elaborar o saber-fazer de um medicamento com plantas medicinais que fosse eficaz para melhorar o quadro geral de saúde de parte da comunidade, a autoridade era a “cumade Lindalva”, uma mulher.

NECESSIDADES E AÇÕES DE COOPERAÇÃO EM UMA CULTURA DO COMUM

Nos últimos dois anos, quando a pandemia de Covid afetou fortemente a sociedade brasileira, a situação do atendimento de saúde no PAAT se tornou mais precária¹⁰. A falta de atendimento e o medo que permeava toda a comunidade da agrovila, fez com que muitos assentados mobilizassem estratégias de cooperação relativas às soluções de saúde por meio dos saberes e fazeres coletivos com as plantas medicinais.

Como se sabe, a situação sanitária se agravou e a disponibilidade de vacinas aconteceu tardiamente¹¹. A inação do governo federal diante da crise determinou que a vacinação se iniciasse apenas quando já havia mais de um ano de pandemia e um número de mortos extremamente elevado, o que aumentou o senso de urgência da população como um todo.

Os assentados do PAAT que contraíam o vírus e se recuperavam, destacavam as sequelas que a doença deixava como um fator limitante para a retomada da vida. É o que explica Bento, um dos assentados: “a ressaca dessa maldita era duída, dor no corpo todo, uma moleeeza, e a gripe com catarro que não passava. Tava no serviço, na roça, em todo lugar, e vinha aquela fraqueza medonha.” A limitação das possibilidades de exercer as atividades cotidianas de trabalho afetou parte das famílias do PAAT, tendo se tornado uma demanda do grupo encontrar meios para restabelecer a imunidade das pessoas e/ou amenizar as sequelas da Covid-19.

Lídia buscou os mais velhos para “descobrir” um agente terapêutico, não para curar a COVID-19, mas para “ajudar a melhorar o organismo”, ou seja, o objetivo era fortalecer a imunidade das pessoas. A busca pelos “mais velhos”, desse modo, não tinha por objetivo reverenciar uma prática ancestral, mas construir uma solução para um problema prático e atual: acelerar o processo de restabelecimento das pessoas, especialmente dos pais e mães de família que precisavam retornar ao trabalho o mais rápido, como esclareceu Bento, acima. O próprio relato de Lídia evidencia esse aspecto:

¹⁰ No caso das pessoas contagiadas com COVID, a assistência foi prestada na cidade de Darcinópolis e os casos graves foram transferidos para Araguaína-TO. Somente no ano de 2022 foi construído um posto de saúde na agrovila do PAAT, o qual foi inaugurado no dia 31 de março e está funcionando regularmente de segunda a sexta, com a presença de uma profissional técnica em enfermagem.

¹¹ A vacinação contra COVID-19 foi iniciada no Brasil em 17 de janeiro de 2021.

Procurei mãe Ricarda, [uma anciã da região reconhecida por seu vasto conhecimento sobre curas] e ela me deu um punhado de nomes de plantas que eu guardei. A Maria José foi no mercado [municipal] de Araguaína e perguntou lá o que eles tinham [para melhora das sequelas do] corona. Fui juntando na cabeça e fiz um chá aqui e comecei a tomar, pois dizendo o povo que melhorava o organismo. Mas não vi resultado não...Foi aí que o Bento que gosta de internet, que disse que viu no vídeo [no caso no Youtube] que o bom mesmo era o carrapicho.

Segundo Lídia, ao usar o chá de carrapicho¹² com outras ervas, “sentiu melhora, da gripe forte” que não lhe largava depois que teve COVID, “mas o catarro ficou no peito”. Nesse momento ela tentou melhorar a forma de preparação e veiculação do medicamento: “ao invés de água, passei a usar mel, porque o mel gruda na guela e a beberagem tem tempo pra agir no peito”. E conclui: “e não é que deu certo, saiu o ‘melado da Anja’. Para chegar ao preparo ideal do melado, que fosse eficaz na resolução do problema de saúde pretendido, Lídia recorre a diversas estratégias: busca articular o conhecimento dos “mais velhos”, seguindo as orientações de mãe Ricarda e dos raizeiros de Araguaína, ao patrimônio da educação formal, especialmente as habilidades sociais típicas da experiência contemporânea com o manejo de informação digital, que viabilizou o uso de instrumentos de pesquisa que possibilitou “descobrir” o carrapicho. Contudo, mesmo com essas variadas estratégias, o que permitiu alcançar o resultado pretendido foi a coordenação do trabalho comunitário e da ação coletiva em torno de uma necessidade comum.

Sobre isso é interessante destacar como a ideia de necessidade pode ser operacional quando mobilizada da forma adequada. Conforme Thompson (1998, p. 224-225), “os problemas surgem repetidamente no que [ele] cham[ou] de ‘conceitos de junção, a “necessidade, que pode reaparecer na antropologia como ‘norma’ e na história como vontades ou valores”, move as pessoas que agem conforme conseguem articular seus valores e normas às suas necessidades e interesses. Produzir o “melado da Anja” foi apenas a primeira fase dessa coordenação coletiva dos assentados, com vistas produzir uma solução de saúde. A necessidade comum, nos termos propostos, surge nessa comunidade como um valor normativo, indicando a socialização do saber-fazer do “melado da Anja” como um imperativo:

¹² Carrapicho / *Desmodium gangeticum*. (Silva, et al, 2019)

Fiz o melado e mandei para as vizinha de porta. Todo mundo gostou: falaram que soltou o catarro em quem tava com efeito ruim da Covid. E o povo do assentamento começou me pedir pra ensinar a fazer. Como o carrapicho tava fácil de achar, chamei o povo da vila aqui em casa, mandei eles trazer o mel e o limão e as ervas que eu ia ensinar pra quem quisesse, um adjutório né? Vieram muita gente, muié e até home. Foi as baciadas, levaram pra casa....

O relato traz de volta a questão do adjutório e da cooperação entre os assentados quando a situação é compreendida por eles como de interesse coletivo, no caso o interesse de que todos agissem para combater as sequelas da COVID-19. A providência tomada por ela, em função da demanda da comunidade, foi realizar um momento de aprendizado coletivo, uma oficina, para ensinar a fazer “o melado da Anja”. O preparado ter alcançado destaque entre a comunidade por ajudar o grupo a atender uma necessidade comum explica, em parte, o fato de o melado ter “ficado famoso”, como expressou Lídia. No caso do melado preparado por Lídia, os valores, especialmente de partilha dentro do grupo, se articulam às buscas por soluções que não são oferecidas pelo sistema de saúde. Por outro lado, a experiência do PAAT também sugere que o sentido de cooperação entre os assentados possui limites. Considerando, por exemplo, que Lídia e Angélica se associaram para produzir o melado e “distribuir pela região”, como narra a última:

Pois é, fez sucesso aqui no assentamento quase todo mundo faz o seu melado [...], mas foi bom que começaram a procurar de fora. Eu e Lídia começamos a mandar pra fora. Tem gente que vem aqui buscar e a gente manda na van também para Araguaína-TO e Estreito-MA. Outro dia, veio uma mulher num carrão e queria que a gente desse um pra ela, lembra Lídia?? Demos nada [risadas]. Vendemo, 10 reais. Ela podia pagar, vixe.

Bento informa que a ideia de comercializar o melado foi de Rita, uma das assentadas que chegou à agrovila nos últimos cinco (05) anos. Ao se aproximar das mulheres do PAAT, ela construiu uma rede de relações eficientes na agrovila, se tornando uma das mulheres mais procuradas por suas ideias que “te[ria] serventia pra todo mundo”. Ainda como relatado por Bento, Rita argumentou com Lídia e Angélica que se vendessem o melado “podia[m] ajudar mais gente que os moradores do assentamento”, mas que “como não eram dali era certo que pagassem ...”. Em conversa com Angélica e Lídia, perguntamos a ambas como elas resolviam a questão de difundir a manufatura do melado, já que tinham ensinado pra muita gente no

assentamento. As respostas mostram outros elementos do comum, especialmente quanto à concepção de pertencimento ou não ao grupo. Diz Angélica:

Não tem problema as pessoa do assentamento fazer, inclusive a Rosa está fazendo né? Tem gente que vem buscar na porta dela.... num sei de quanto ela tá vendendo. Mas essas pessoas vieram aprender, umas aprendeu, outras não... e quem não sabe a gente dá sim, mas e o povo que tem dinheiro? É nosso trabaio... aí não.

A argumentação de Lídia converge com a de Angélica. Esta também considera que no “assentamento é diferente, a gente divide a dificuldade aqui, então divide também o bom. Mas a gente num vai fazer caridade né? Dá trabaio fazer o melado e quem não quer ter trabaio, paga né? (risadas)”

O “negócio do melado” de ambas as mulheres não parece interferir nas relações de cooperação existentes na agrovila do PAAT. Contudo, essa atividade comercial não parecia ter estado no horizonte de Lídia, de Angélica, ou qualquer outra mulher assentada, antes da proposta de Rita, isso se deve, provavelmente, ao fato de as atividades das mulheres nos quintais não serem reconhecidas pela sociedade de mercado como trabalho, como explica Renata Moreno (2014). Desse modo, se por um lado as mulheres do PAAT compreendem seu trabalho com as plantas medicinais como estruturantes das ações comum de cooperação, o mesmo não ocorre quando se trata de compreenderem suas atividades como trabalho produtivo que garante a reprodução social da vida no PAAT.

Ainda que as mulheres do PAAT elaborem apenas parcialmente em suas consciências o fato de que seu trabalho com as plantas medicinais é trabalho produtivo e reprodutivo, essas práticas de cooperação, articuladas como ação do comum, se constituem um contrapoder exercido pelas mulheres: de um lado, resistindo ao patriarcado, o qual define essas mulheres e suas agências como secundárias à reprodução social; de outro lado, se insurgindo como alternativa à falta de assistência do Estado quando se trata do acesso à saúde pública. Esse segundo aspecto tem uma repercussão importante na construção da cultura do comum nesse assentamento, pois ao sedimentar os critérios operados nas ações de cooperação redefinem papéis de gênero na comunidade, o que significa reconhecer a atuação das mulheres como essenciais na resolução dos problemas do PAAT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 1999, o Projeto de Assentamento Amigos da Terra, aqui nomeado apenas PAAT, foi construído a partir da mesma base que a maioria dos assentamentos no Brasil: a luta dos trabalhadores rurais sem-terra contra a exploração e a opressão do latifúndio. Entre os moradores do PAAT, e mais especialmente da agrovila, se forma, desde o princípio, uma consciência acerca da necessidade de agir coletivamente no enfrentamento às dificuldades postas desde o processo de luta pela terra. O fazer coletivo reforça os laços entre os membros do PAAT, transformando a agrovila no epicentro da construção das ideias e dos instrumentos que permitem a superação, ainda que parcial, dos problemas de moradia, alimentação e acesso à saúde pública. A dificuldade de acesso à saúde pública concentra parte significativa do esforço coletivo dessa comunidade desde a fase inicial do assentamento, sendo tratada pelos moradores da agrovila em termos de necessidade, a qual impulsiona a constituição da ação comum a partir de uma reflexão continuada acerca de situações vividas anteriormente pelo grupo.

Esse processo de reflexão e reelaboração permanente do vivido se constitui a base, densa e complexa, da construção da experiência humana. O caso do “andaço de catapora”, como é nomeado o surto de Varicela ocorrido na primeira fase de formação do assentamento, surge nos relatos dos moradores do PAAT como o acontecimento seminal que nortearia a elaboração das estratégias de ação comum realizadas durante os anos que a pandemia de COVID-19 grassou. A partir do aprendizado de que não poderiam depender do Estado, passaram a mobilizar seus saberes e fazeres com plantas medicinais para atenuar as dificuldades enfrentadas.

Seja porque os saberes referentes às plantas medicinais são um locus privilegiado de transmissão intergeracional entre mães e filhas, ou porque o território de cultivo das plantas medicinais é o quintal, domínio das mulheres, são essas que tomam para si a responsabilidade de agir para construir soluções de saúde para diminuir as sequelas da COVID-19 no PAAT. Buscando, inicialmente, mobilizar o repertório que dominam acerca das plantas medicinais cultivadas em seus quintais e que fazem parte de seu cotidiano, as mulheres começaram uma intensa troca de indicações de espécies

específicas, modos de preparo de medicamento e verificação dos resultados por meio de testes constantes, as quais eram socializadas em reuniões ou em conversas informais na “porta da rua” ou no “fundo dos quintais”.

Quando concluíram que apenas seu repertório não seria suficiente, se mobilizaram para desenvolver um sistema eficaz para atender a demanda do grupo, o que envolveu vários processos e ações: desde a consulta aos “mais velhos” para identificar as espécies úteis para combater a sintomatologia observada nas pessoas que ficavam com sequelas após curadas; passando pela busca de informações úteis para além da comunidade, caso da consulta ao Youtube, que foi primordial, e da busca por informações entre os comerciantes de ervas no mercado municipal da cidade de Araguaína-TO; até as experiências práticas desenvolvidas por um conjunto de mulheres que residem na agrovila.

Esses processos foram pensados e realizados a partir de alguns princípios incontornáveis: a necessidade de resolver um problema coletivo; a cooperação como episteme e prática orientadora das ações do grupo e a agência feminina. Esse último aspecto, a agência das mulheres, foi responsável por dinamizar a articulação entre a cooperação para resolver o problema e os valores que colocam o benefício comum acima dos interesses exclusivamente individuais. É importante destacar que, embora mobilize saberes e fazeres de uma tradição, a articulação das mulheres na busca por soluções de saúde no PAAT não é uma forma tradicional de ação. Suas ações comuns, nesse caso, são pautadas em novos modos de cooperação social constituídos a partir do território, mas que mobilizam variadas redes de contatos e informações que podem contribuir para alcançar o objetivo comum.

Contudo, a ideia de cooperação evidenciada nessa pesquisa e partilhada pelos moradores da agrovila é bem delimitada e circunscrita aos assentados do PAAT, considerando que, principalmente as mulheres, têm clareza do valor de seus saberes com plantas medicinais e dos produtos originados a partir deles. Essa consciência, reforça a compreensão de que as ações comuns em busca de soluções de saúde realizadas por essas mulheres são uma forma de resistência, constituída

intersubjetivamente e com capacidade de auto-organização eficiente, aos sistemas de exploração e dominação agenciados pelo capitalismo.

LISTA DE ENTREVISTADOS:

Ana, liderança e assentada no PAAT, entrevista concedida em 14 de julho de 2021.

Angélica, entrevista concedida em 10 de outubro de 2021

Bento, assentado, entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2022.

Iara, assentada, entrevista concedida em 22 de março de 2022.

José Neto, assentado, entrevista concedida em 12 janeiro de 2022.

Leonildo, assentado, entrevista concedida em 08 de novembro de 2021.

Lídia, assentada, entrevista concedida em 10 de outubro de 2021.

Lúcia, assentada, entrevista concedida em 26 de setembro de 2021.

Margarida, assentada, entrevista concedida em 12 de novembro de 2021.

Marivone, assentada, entrevista concedida em 10 de outubro de 2021.

Miguel, assentado, entrevista concedida em 20 de novembro de 2021.

Zuleide, assentada, entrevista concedida em 28 de setembro de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Ulysses Paulino; HANAZAKI, Natália. As pesquisas etnodirigidas na Descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmacologia**. 16 (Supl); p. 678-689. Dez.2006.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. **Etnobiologia e Biodiversidade**. Recife: NUPEEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 2005.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. A Abordagem Etnobotânica na Pesquisa de Plantas Medicinais. IN: DI STASI, Luiz Cláudio. (Org.). **Plantas Medicinais: Arte e Ciência**. Um Guia de Estudo Interdisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 47-68.

BADKE Marcio. Rossato.; BUDÓ, Maria de Lourdes Denardin.; SILVA, Fernanda Machado da; RESSEL Lúcia Beatriz. Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Rev. Escola Anna Nery** (impr.). v. 15 (1) p. 132-139, 2011

BRASIL. **MS elabora Relação de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS**. 2009. Disponível em

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sus/pdf/marco/ms_relacao_plantas_medicinais_sus_06_03.pdf Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)**. Brasília, 2006c.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Edusp, 2017.

CARVALHO, Maria Aldeide P. F.; COSTA, José Fernando O. Derivados Vegetais Similares a Estrógenos (Dvse) no Tratamento dos Sintomas do Climatério. **Revista Fitos**. v.6 - nº01 - dezembro 2011, p. 35-42

CARVALHO, Sabrina Brabo de Araújo. Estudo em bases de patentes sobre a andiroba e suas base anti-inflamatórias”. **Pará Research Medical Journal** v. 3(2). p. 01-07, 2019

CHAGAS, José Henrique; PINTO, José Eduardo Brasil Pereira; BERTOLUCCI, Suzan Kelly Vilela; SANTOS, Fúlvia Maria dos. Produção de biomassa e teor de óleo essencial em função da idade e época de colheita em plantas de hortelã-japonesa. **Acta Scientiarum Agronomy**. v. 33, n. 2, p. 327-334, 2011.

DALMAGRO, Ana Paula; GASPARETTO, Adriana. Stachytarpheta cayennensis (Rich.) Vahl: constituição fitoquímica. preliminar e efeito antibacteriana. **Brazilian J. Hea. Rev.**, v. 3, n. 1, p. 532-544, 2020.

DI STASI Luís. Cláudio. **Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica** 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP 2002.

DUARTE, Marta Cristina Teixeira. Atividade Antimicrobiana de plantas medicinais e aromáticas utilizadas no Brasil. **Revista Multiciência**. n.7, p. 01-16, 2006

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. (Org). **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014, p. 145-158

FERRAZ, Cleidiane Vedoy; CHAGAS, Juciéli Chiamulera; DORIGON, Elisângela Bini. Artemisia absinthium L.: Aplicabilidade na saúde humana. **Brazilian J. Hea. Rev.** V. 3, n. 4, p. 10650-10661, 2020.

GARCIA, Ana. Paula Meneses; ORLANDA, José Fábio França. Avaliação da atividade antimicrobiana in vitro do extrato bruto hidroalcolico de Mangifera indica Linneau. **Revista Cubana de Plantas Medicinales**. v. 19(1), p. 189-198, 2014.

GARCIA, Bruna Naiara Rocha; VIEIRA, Thiago Almeida; DE ASSIS OLIVEIRA, Francisco. Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental. **Revista de la Facultad de Agronomía, La Plata**, v. 114, n. 3, p. 67-73, 2015. Disponível em: <http://revista-vieja.agro.unlp.edu.ar/index.php/revagro/article/view/281>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na Era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016.

MARMITT, Diorge J; GOETTERT, Márcia Inês; REMPEL, Claudete; SILVA, Amanda C. (açafreão) em três bases de dados após a criação da RENISUS. **Rev. Pan-Amazônica Saúde**, v. 7(1) p.71-77, 2016.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. Guerrilha do Araguaia: memórias à margem da história. **Outros Tempos**, v. 10, n. 16, p. 262-290. São Luís, 2013.

MICHELIN, Daniele; SALGADO, Hérida Regina. Avaliação da atividade laxante de *Operculina macrocarpa* L. Urban (Convolvulaceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia**. v. 14, n. 2, p.105-109, 2004.

MILLER, Robert Pritchard; NAIR, PK Ramachandran. Indigenous Agroforestry Systems in Amazonia: From Prehistory to Today. **Agroforestry Systems**, 66(2), 151–164, 2006.

MIRANDA, Mariza A. Uso etnomedicinal do chá de *Morus nigra* L. no tratamento dos sintomas do climatério de mulheres de Muriaé, Minas Gerais, Brasil. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 36, n. 1, p. 61-68, jan./mar. 2010

MORENO, Renata. A economia na agenda política do feminismo. In: MORENO, Renata. (Org). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014, p 29-53.

OLIVEIRA, Caroline.; SCARAZATTI, Bruno. Os quintais agroflorestais. In: CARDOSO, Tiago Mota; SEMEGHINI, Mariana Gama. **Diálogos agroecológicos: conhecimentos científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no rio Cuieiras (Amazônia Central)**. Manaus: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009.

POSEY, Darrel Addison. (1985). Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayap? indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, 3(2), 139–158.

RAMOS Jr. Dernival Venâncio.; SILVA, Harley. Da reprodução social da unidade familiar camponesa: um estudo de caso no vale do Tocantins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, p. e2230202-e2230202, 2022.

SANTOS, Hosana Bandeira et al. Avaliação do efeito hipoglicemiante de *Cissus sicyoides* em estudos clínicos fase II estudos clínicos fase II. *Revista Brasileira de Farmacognosia*. 18(1): 70-76, Jan/Mar. 2008

SANTOS, Ana Paula Gomes *et al.* Uso e eficácia da Erva Cidreira, um comparativo entre Conhecimento Científico e Senso Comum: metassíntese. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, v. 14., n. 2, p. 145-179, abr/jun 2018.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia**. USP, 2006, 17(2), 11-41.

SILVA, Iberê Martí Moreira da, *et al.* Levantamento florístico de plantas medicinais de um fragmento de campos de altitude da mata atlântica. **Acta Biológica Catarinense**. Jul-Set; 6(3):37-53, 2019.

SOUZA, Otávio *et al.* Atividades Farmacológicas da Arruda (*Ruta Graveolens*). **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**, Caxambu-MG, 23 a 28 de setembro de 2007.

SOUZA, Vanessa A.; NAKAMURA, Celso Vataru; CORRÊA, Arlene Gonçalves. Atividade Antichagásica de Lignanas e Neolignanas. **Rev. Virtual Quim.** v. 4 (3), p. 197-207, 2012

TORRES, Mauricio. A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Geografia em questão**. V. 04 (02), p. 113-138, 2011.

Olivia Macedo Miranda de Medeiros – Doutora em História (UFU 2017), Mestre em História (UFU, 2010) e Licenciada em História (UFNT, 2003). Professora do curso de História da UFNT, professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cultura e Território (PPGCULT/UFNT) e do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFNT). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFNT).

Harley Silva - Doutor em Economia (UFMG 2017), Mestre em Demografia (UFMG 2008), Bacharel em Economia (UFMG 2005) e História (UFMG 1998). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas UFPA, do Programa de Pós-Graduação em Economia-UFPA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da UFPA.

Recebido para publicação em 19 de agosto de 2023.

Aceito para publicação em 04 de julho de 2024.

Publicado em 22 de outubro de 2024.